

EM DEFESA DOS POSTOS DE TRABALHO NO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL



O STAL já pediu reuniões urgentes à Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território e ao Conselho de Administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e vai iniciar um processo de discussão em todas as empresas participadas do Grupo, com reuniões com os respectivos Conselhos de Administração e realização de plenários que se irão iniciar já durante o corrente mês de Julho.

A pretexto da necessidade de redução de 3% dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, prevista no Orçamento de Estado para 2013, a Águas de Portugal, SGPS, S.A. enviou no passado dia 24 de Junho uma Nota Informativa aos Conselhos de Administração de todas as empresas participadas do Grupo, onde prevê 160 rescisões ditas amigáveis.

Este processo, iniciado às escondidas e sem qualquer discussão prévia com as estruturas representativas dos trabalhadores revela as verdadeiras intenções da Águas de Portugal, SGPS: a precarização dos postos de trabalho e a eliminação dos direitos e regalias dos trabalhadores do Grupo.

Não é por acaso que foi no dia 28 de Junho, o dia a seguir à Greve Geral, que os Conselhos de Administração das empresas do Grupo iniciaram os contactos com os trabalhadores para apresentarem este processo de rescisões. Temendo as reacções dos trabalhadores, a Águas de Portugal, SGPS e os Conselhos de Administração das empresas do Grupo quiseram ocultar estas rescisões até depois da Greve Geral.

As empresas do Grupo Águas de Portugal têm vindo a realizar avultados investimentos e introduzido novas áreas de serviço que exigirão a admissão de mais trabalhadores a curto prazo, não se vislumbrando qualquer razão para iniciar este processo, a não ser numa lógica de despedir mão de obra qualificada, com experiência e *know how*, para contratar trabalhadores e prestações de serviço com salários mais baixos, nivelando por baixo os salários do Grupo e eliminando direitos e regalias hoje praticados nas várias empresas participadas.

Este processo de rescisões é absurdo e inaceitável quando, por imposição da Águas de Portugal, SGPS e do Ministério da tutela, as admissões nas empresas do Grupo foram congeladas, recorrendo-se ao trabalho temporário e às prestações de serviço para continuar a prossecução do serviço público.

A pergunta impõe-se: quanto custam ao erário público estes contratos de trabalho temporário? Que custos têm estas prestações de serviço para os contribuintes? Quem lucra com isto ???

Respondendo a todas estas questões cai por terra qualquer argumento de redução e contenção das despesas do Estado, fundamentação falaciosa do Governo e Conselhos de Administração que tem servido para justificar todas as malfeitorias levadas a cabo contra os trabalhadores e contra as funções essenciais do Estado.

O STAL exige que se garantam os direitos e regalias dos trabalhadores, recusando liminarmente quaisquer pressões que visem a destruição dos postos de trabalho.

O sindicato apela a todos os trabalhadores para que não assinem nada sem consultar a sua estrutura sindical e se mantenham firmes na defesa dos postos de trabalho e de um serviço público essencial prestado às populações.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

DEFENDE OS TEUS DIREITOS!

SINDICALIZA-TE NO STAL